



A ESCOLA E A LÍNGUA: IMPRESSÕES DE UM ENCONTRO QUE ESTÁ PARA ALÉM DA COMUNICAÇÃO

José Ricardo Menacho (PPGL/UNEMAT)
menacho@unemat.br

Rose Kelly dos Santos Martínez (PPGL/UNEMAT)¹
rosekelly@unemat.br

Cristiane Schmidt (UFPA/UNEMAT)²
schmidt@ufpa.br

De que modo a língua, ou melhor, uma determinada concepção de língua, pode contribuir para a tarefa de tornar a escola um espaço transformador de destinos e *socializador* de oportunidades? Essa foi uma das questões que nos inquietou durante [e após] os seminários acadêmicos, realizados na primeira etapa da disciplina de Sociolinguística, do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, no semestre letivo de 2019/1, e que nos motivou, à luz das bibliografias discutidas e das experiências profissionais intercambiadas na ocasião, a problematizar algumas de nossas impressões acerca da relação entre a língua e a escola.

Para respondermos a questão fonte de nossas inquietações e motivações, acreditamos ser necessário, de início, tomando como referência os fundamentos da Sociolinguística³, refletirmos sobre o que é a *língua*.

Certa feita, em uma crônica intitulada “Que a linguagem ganhe o mundo”, um de nós se manifestou da seguinte forma:

A linguagem é do mundo. Sem lenço e sem documento, rodopia, dança e dá cambalhotas no ar. Endiabrada, adepta das traquinagens,

¹ Doutorandos do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professores do Curso de Direito da UNEMAT, Câmpus universitário de Cáceres.

² Professora Doutora do Curso de Letras/Alemão da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística da UNEMAT.

³ Conforme Von Borstel (2003, p. 169), a Sociolinguística é o estudo da relação de língua e sociedade e objetiva investigar o grau de estabilidade ou de mudança da variedade linguística em uma determinada comunidade de fala, descrevendo seu comportamento preditivo, com base em teoria e métodos de estudos linguísticos quantitativos e qualitativos.



quando não está tirando o sono de alguém, está colocando caraminholas na cabeça das pessoas. Romantizando ou poetizando um pouco mais, me valendo do que temos de mais genial: a imaginação, a linguagem é o barco que de rumo indefinido e aberto, nos leva a conhecer novas paragens, nuvens, continentes, anoiteceres e alvoradas. Que me perdoem os químicos, para quem, tudo é química, mas diria também, acreditando que há espaço para todos, que tudo é linguagem! (Grifamos). (MENACHO, 2018, p. 32).

Para alguns, uma definição como essa não apresenta traços de “cientificidade”, pertencendo talvez mais ao campo literário que ao acadêmico, mas acreditamos que, em seu texto, independentemente das ressalvas a serem feitas quanto à sua natureza científica ou não⁴, há pistas de alguns elementos que integram uma compreensão [possível] de língua, muito embora se refira [nominalmente] à linguagem – gênero do qual a língua é espécie⁵. Senão vejamos.

Se a linguagem é o barco que [...] nos leva a conhecer novas paragens, nuvens, continentes, anoiteceres e alvoradas, a língua, da mesma forma, enquanto um fenômeno cultural, histórico e social, é responsável por mediar as nossas relações com a realidade: é responsável por nos levar a conhecer [as tais] novas paragens [...]. Lembrando que essa mediação não ocorre passivamente, ao contrário, ao mediar as nossas relações com a realidade, a língua significa [afeta] e é significada [afetada] nesse processo.

Somos seres de linguagem, isto é, seres que se relacionam com a linguagem. E essa relação, cabe-nos destacar, não se dá de forma automática, transparente e homogênea – como se nós, livremente, sem qualquer influência, pudéssemos tomar a língua como um instrumento invariável, a serviço de nossos interesses comunicativos – mas de forma constitutiva e existencial, pois sem ela, valendo-nos da metáfora de Bagno (2010, p. 10), somos peixes fora d’água, sem habitat, à deriva:

[...] Não existimos fora da linguagem, não conseguimos sequer imaginar o que é não ter linguagem – nosso acesso à realidade é

⁴ Pêcheux ([1982] 2014), ao problematizar a leitura do arquivo, a partir de uma perspectiva discursiva, alerta-nos para o fato de que o literário e o científico carecem de uma observação mais sensível, plural e convergente, e menos divorciada, conflituosa e definitiva.

⁵ A distinção entre língua e linguagem está na materialidade dos objetos simbólicos que as constituem. Assim, a língua é considerada linguagem verbal, ao passo que a linguagem abrange tanto o verbal quanto o não-verbal (formas, cores, melodias etc.) e, portanto, a própria língua (FURLAN; MEGID, 2009, p. 10).



mediado por ela de forma tão absoluta que podemos dizer que para nós a realidade não existe, o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem, implantada em nós de forma tão intrínseca e essencial quanto nossas células e nosso código genético. Ser humano é ser linguagem. (Grifamos).

Da afirmação do autor: *ser humano é ser linguagem*, grifada por nós no final da citação, podemos explorar uma outra característica da língua, a de que ela, assim como o fenômeno humano – *que é complexo, dinâmico e diverso* – não se encaixa em conceitos que sejam estáticos e fechados. A língua está em movimento, transborda, é heterogênea e se sustenta na diversidade, ainda que, a todo momento, seja tensionada e interpelada por pretensões de unidade.

Os embates sobre o uso da língua em conformidade com o dialeto-padrão de prestígio não são recentes. Em artigo, Pfeiffer (2001, p. 167-183), articulando os aportes teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso materialista, seleciona e analisa algumas tantas *polêmicas linguísticas* protagonizadas por literatos, jornalistas e juristas, portugueses e brasileiros, ocorridas nos séculos 19 e 20 – dentre outras: a de José de Alencar [brasileiro] e Pinheiro Chagas [português], a de Carlos de Laet [brasileiro] e Camilo Castelo Branco [português] e a de Carneiro Ribeiro [brasileiro] e Rui Barbosa [brasileiro] – demonstrando, nesse seu *gesto de leitura*, quais foram os sentidos construídos para a língua nacional brasileira naquele período e que, *para nós*, de certa forma, ainda compõem o imaginário de seus falantes, como uma memória ainda em funcionamento.

Mais recentemente, no ano de 2011, uma outra *polêmica linguística*, amplamente veiculada pela mídia, ganhou projeção. Desta vez, o embate sobre o uso da língua teve como *fato gerador* uma passagem do livro didático de Língua Portuguesa “Por uma vida melhor” – de autoria de Heloísa Ramos, aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), distribuído pelo Ministério da Educação (MEC), destinado aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – em que se discutia a variedade dialetal, de acordo com os contextos de fala, e o combate ao preconceito linguístico. Muitas foram as manchetes jornalísticas sobre o caso, e, em muitas delas, no intuito de se afirmar a hegemonia do dialeto-padrão de prestígio, é possível verificar a



distorção dos objetivos do material, seguem algumas delas: “Entenda a polêmica do livro que defende ‘o nós pega’ na escola”, do portal IG (KLIX, 2011); “O assassinato da língua portuguesa”, da Revista *Isto é* (SEGALLA; CAVALCANTI, 2011); “As lições do livro que desensina”, da Revista *Veja* (GOULART, 2011); “MEC lava as mãos no caso dos livros com erros”, do Jornal *O Globo* (BRUNO, 2011); e “Livro adotado pelo MEC defende ‘erro’”, do Jornal *Estadão* (ESTADÃO, 2011).

Afinal, por que hierarquizar as variedades dialetais? Ou, sendo mais específicos, por que depreciar ou tentar apagar uma variante que “foge” do dialeto-padrão de prestígio? Usamos o dialeto-padrão de prestígio, em todos os nossos espaços de convivência?

A imposição do dialeto-padrão de prestígio, anunciado como o único detentor de todas as virtudes *linguísticas*, é uma ação falaciosa e contraditória. *Falaciosa*, porque parte de pressupostos equivocados, cujo embasamento se pauta muito mais em um senso comum arraigado sobre a língua do que em estudos científicos, e atribui aos falantes, a partir de uma interpretação elitista e segregacionista da realidade, valores ventilados como unânimes e inquestionáveis sobre o uso do dialeto-padrão de prestígio, tais como: (i) a civilidade e a civilização; (ii) o conhecimento e a sabedoria; (iii) a competência e a eficiência; (iv) a riqueza e o sucesso; (v) a etiqueta e o fino trato; (vi) a liderança e o poder. *Contraditória*, primeiro, porque nega as propriedades da língua, desprezando, sobretudo, o seu caráter eminentemente social; segundo, porque utiliza a língua como uma ferramenta reprodutora de desigualdades, acentuando preconceitos e naturalizando [quando não criminalizando] a pobreza [condição socioeconômica com frequência associada aos que não dominam “com habilidade” o dialeto-padrão de prestígio]; e, terceiro, porque esvazia a possibilidade de se construir [material e imaterialmente] uma cidadania plural e democrática, em que todos se reconheçam e se encontrem.

Agregamos ainda que não usamos o dialeto-padrão de prestígio em todos os nossos espaços de convivência. Falamos de formas diferentes quando estamos em casa com a família, na rua com os amigos, e no trabalho com os colegas. Do mesmo modo, a depender do gênero textual pretendido – se um bilhete, uma carta apaixonada, um *post*

nas redes sociais, um projeto de pesquisa ou uma tese de doutorado – escrevemos de formas diferentes. Como aponta Schmidt (2015, p. 360): “o falante dispõe de uma variedade, quer dizer, de diversos ‘modos de falar’, uma espécie de feixe de variedades linguísticas, as quais se centram na situação de uso (contexto de interação)”. E, necessariamente, ao falarmos ou ao escrevermos de formas diferentes, não significa que temos [ou tivemos] algum tipo de “deficiência cognitiva” para a aprendizagem da língua, até porque, como nos orienta Soares (1996, p. 38), não podemos patologizar a diferença: a “diferença não é deficiência”.

E se “diferença não é deficiência” – aproveitando o gancho para voltarmos à questão fonte de nossas inquietações e motivações – qual seria então o compromisso da escola frente à *diferença linguística*: impor a unidade [conforme o dialeto-padrão de prestígio] ou incentivar o diálogo e o respeito à diversidade dialetal? E caso a unidade seja imposta, e a diversidade rechaçada, imaginemos essa hipótese – atentando-se às condições de produção de boa parte das escolas de periferia deste país, bem como ao universo diversificado do público que atendem – será que algum sinal de transformação viria à tona?

Em reflexão sobre essas problemáticas, Bagno (2015, p. 15-16) nos chama a atenção para a necessidade de que:

Todos os aprendizes devem ter acesso às variedades linguísticas urbanas de prestígio, não porque sejam as únicas formas “certas” de falar e de escrever, mas porque constituem, junto com outros bens sociais, um *direito* do cidadão [...]; o acesso e a incorporação dessas variedades urbanas de prestígio se fazem pelas práticas de letramento, por meio do convívio intenso, sobretudo no ambiente escolar, com os gêneros textuais discursivos mais relevantes para a interação social.

A escola e a língua se relacionam mutuamente, por essa razão é relevante pensarmos uma concepção sua que não seja ensimesmada e insensível às complexidades sociais; estabelecer um seu padrão dominante, inquestionável, é colaborar para que a escola, longe de promover transformações *emancipatórias*, afugente, não apenas os estudantes, seu público mais imediato, mas também a própria comunidade onde se situa.

Por fim, ainda a título de discussão, de modo a sustentar as problematizações apresentadas, registramos que entendemos por *transformações* ou *transformações*

emancipatórias – tal como nos referimos em outras passagens deste texto e, especialmente, no parágrafo anterior – como aquelas promovidas por práticas que se fundamentam em posturas contra-hegemônicas (SANTOS, 2000), não-reformistas, capazes de romper inclusive com a lógica e a dinâmica dos continuísmos que, por se apresentarem em versões mais “brandas” de exploração, silenciam ou invisibilizam as contradições e distorções existentes em nosso meio, naturalizando, conseqüentemente, no imaginário social, a desigualdade estruturante do modo de produção capitalista.

A escola e a língua se relacionam mutuamente, porém, este tipo de relação, não deve ser caracterizado, como expusemos, por um aspecto conteudista, formal, “para preencher tabela”, ou de um ponto curricular a ser abordado em uma determinada disciplina, tampouco se refere a um aspecto comunicativo. Escola e língua se relacionam mutuamente, porque é a partir dessa interação [constitutiva], assentada na diversidade, que é possível, ouvir e compreender várias vozes, fomentar gestos de leitura e de interpretação outros, e assim, com proatividade e em conjunto, construir e socializar conhecimento.

Arrematamos que, se estamos pensando de que modo uma determinada concepção de língua pode contribuir para a tarefa de tornar a escola um espaço *transformador de destinos e socializador de oportunidades*, ademais do que dissemos [e defendemos] – sobretudo no tocante à diversidade e às diferenças linguísticas, e, especialmente, no tocante à relação mútua entre a escola e a língua, para além de um ponto de vista instrumental – é também imprescindível estar sensível ao fato de que relações de força e de poder funcionam [na] e [pela] língua, em sua materialidade, circunstância que demanda de nós iniciativas – como práticas de leitura, por exemplo – que deem visibilidade as evidências ideológicas e, igualmente, desconstruam os mecanismos que interdita a possibilidade do aparecimento de novos sentidos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015.
- _____. Sobre peixes e linguagem. In: ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.



BRUNO, Cássio. MEC lava as mãos no caso dos livros com erros. **Globo**. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-lava-as-maos-no-caso-dos-livros-com-erros-2789047>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

ESTADÃO. MEC lava as mãos no caso dos livros com erros. **Estadão**. Disponível em:<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,livro-adotado-pelo-mec-defende-erro-imp,718533.amp#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

FURLAN, Cássia Cristina; MEGID, Cristiane Maria. Língua e Linguagem em movimento na sala de aula. In: BOLOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Discurso e ensino: práticas de linguagem na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2016.

GOULART, Natália. As lições do livro que desensina. **Veja**. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/educacao/as-licoes-do-livro-que-desensina/>>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

KLIX, Tatiana. Entenda a polêmica do livro que defende ‘o nós pega’ na escola. **Portal IG**. Disponível em:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/entenda-a-polemica-do-livro-que-defende-o-nos-pega-na-escola/n1596963892122.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

MENACHO, José Ricardo. Que a linguagem ganhe o mundo. In: MENACHO, José Ricardo. **Sarau**. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Unicamp, 2014.

PFEIFFER, Cláudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHMIDT, Cristiane. Língua: na perspectiva da mudança e da diversidade. Web-Revista **Sociodialeto**, v. 5, n. 15, 2015, p. 360-363.

SEGALLA, Amauri; CAVALCANTI, Bruna. O assassinato da língua portuguesa. **Isto é**. Disponível em:<http://istoe.com.br/138200_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1996.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. Sociolinguística: abordagens quantitativa e qualitativa. **Línguas & Letras** – Revista do Curso de Letras, v. 2, n. 7, 2003, p. 165-172.

Recebido Para Publicação em 27 de novembro de 2019.
Aprovado Para Publicação em 20 de janeiro de 2020.